Art. 4.º Os aviões referidos no artigo 1.º serão recebidos pela Direcção do Serviço de Material da Força Aérea e pelo Depósito Geral de Material da Força Aérea e entregues aos Ministérios do Ultramar e das Comunicações, à Secretaria de Estado da Agricultura e ao Subsecretariado de Estado da Aeronáutica pela forma seguinte:

| Anos                                 | Ministério<br>do<br>Ultramar | Ministério<br>das<br>Comunicações | Secretaria<br>de<br>Estado<br>da<br>Agricultura | Subsecreta-<br>riado<br>de<br>Estado<br>da<br>Aeronáutica | Soma                       |
|--------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|---|---|----------------------------|
| 1960<br>1961<br>1962<br>1963<br>1964 | 10<br>10<br>10<br>10<br>10   | 4<br>10<br>12<br>12<br>12         | 4<br>4<br>4<br>4                                | 10<br>10<br>10<br>10<br>10                                | 28<br>34<br>36<br>36<br>36 |
| Soma                                 | 50                           | 50                                | 20 ,  | 50  | 170                        |

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Junho de 1959. — Américo Deus Rodrigues Thomaz — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — António Manuel Pinto Barbosa — Vasco Lopes Alves — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Luís Quartin Graça.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

### Decreto-Lei n.º 42 299

Usando da faculdade conferida pela 1.º parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. O § 3.º do artigo 15.º e o § único do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 42 093, de 9 de Janeiro de 1959, passam a ter a seguinte redacção:

§ 3.º Na aplicação das receitas provenientes de doações, heranças, legados ou donativos respeitar-se-á a vontade expressa pelos benfeitores, destinando-se sempre as mesmas à execução dos fins assistenciais concretamente especificados, ainda que estes não figurem entre os objectivos gerais indicados no corpo do presente artigo.

§ único. Aos indivíduos estranhos aos serviços, referidos no corpo deste artigo, é reconhecido o direito ao abono de família e à inscrição nas Caixas de Previdência e de Abono de Família dos Empregados da Assistência, nos termos dos respectivos regulamentos, contribuindo o Fundo de Socorro Social com a percentagem que competir às entidades patronais.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 3 de Junho de 1959. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Pedro Theotónio Pereira — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Arnaldo Schulz — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Afonso Magalhães de Almeida Fernandes — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias —

Eduardo de Arantes e Oliveira — Vasco Lopes Alves — Francisco de Paula Leite Pinto — José do Nascimento L'erreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — Henrique Veiga de Macedo — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

# MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

# Repartição do Gabinete do Ministro

Para os devidos efeitos e em aditamento à declaração de 7 de Maio de 1959, publicada no *Diário do Governo* n.º 116, 1.ª série, de 21 do mesmo mês, publica-se o seguinte:

Durante o 2.º semestre do corrente ano o modelo n.º 2 poderá ser substituído pelo modelo actualmente existente, depois de convenientemente adaptado.

Repartição do Gabinete do Ministro, 21 de Maio de 1959.—O Chefe do Gabinete, Alberto Araújo e Silva, coronel.

\*

### MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

#### Aviso

Por ordem superior se faz público que o Governo da República do Iraque fez depositar, em 4 de Março de 1959, mos arquivos do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América do Norte' o instrumento de ratificação do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atómica, o qual entrou em vigor em relação àquele país nessa mesma data.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 26 de Maio de 1959. — O Director-Geral, Ruy Teixeira Guerra.

### MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

1.ª Repartição

#### Portaria n.º 17 200

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 74.º do Decreto n.º 41 968, de 22 de Novembro de 1958, autorizar o Governo-Geral de Moçambique a executar a obra de construção da ponte sobre o rio Pungue, em mais de um ano económico, pela importância total de 5:392.000\$, utilizando-se 750.000\$ da verba do capítulo 7.º, artigo 1049.º, n.º 2), do orçamento vigente e ficando fixadas em 4:000.000\$ e 642.000\$ as quantias a despender por conta das verbas a inscrever nos orçamentos dos anos de 1960 e 1961, respectivamente.

Ministério do Ultramar, 3 de Junho de 1959. — Pelo Ministro do Ultramar, Carlos Krus Abecasis, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino.

Para ser publicada no Boletim Oficial de Moçambique. — Carlos Abecasis.